

Atribuição de Causalidade ao Divórcio

Atribution of Causality to Divorce

Luiz Pasquali¹
Cristiane Faiad de Moura
Universidade de Brasília

Resumo

O divórcio é concebido como sendo o término de uma relação a partir da dissolução do casamento; sendo assim entendido como a separação de corpos e bens, o divórcio, em nível formal, confere a ambas as partes envolvidas a condição de pleitear um novo casamento de acordo com a legislação vigente de cada país. O divórcio sob a perspectiva de ser um fenômeno social não se limita, porém, aos aspectos relacionados com problemas jurídicos; vai além destes quando perpassa por um contexto mais amplo que envolve problemas políticos, econômicos, culturais e psicológicos, que favorecem tanto o interesse de especialistas diversos, como também a preocupação da sociedade em geral. Do ponto de vista psicológico, um dos problemas do divórcio advém do processo de atribuição de causalidade, que constitui um fenômeno identificável em grande parte dos processos de percepção social. Constantemente, os fenômenos sociais que se apresentam fazem com que os indivíduos construam diversas inferências em relação às causas das ocorrências observáveis. Assim, o objetivo do presente estudo foi: 1) A construção e validação de uma Escala de Atribuição de Causalidade ao Divórcio (ACD) e 2) Análise de algumas hipóteses com respeito à atribuição de causalidade referente ao divórcio. A metodologia se dividiu em dois estudos distintos, a saber: 1) estudo psicométrico e 2) estudo de hipótese. A amostra foi composta por 310 sujeitos, sendo 146 do sexo masculino, 158 do sexo feminino, com idade média de 35 anos. A estes sujeitos foi aplicado um questionário com 37 itens (escala ACD). A validade da escala foi estabelecida através da análise fatorial, resultando numa escala de 3 fatores, correspondendo à teoria original da atribuição de causalidade. Os dados também mostraram que as variáveis sexo e o estado civil são relevantes na atribuição de causalidade interna ao divórcio, enquanto a atribuição a fatores externos depende mais da idade e renda dos sujeitos. O dado mais saliente no tocante à atribuição de causalidade ao divórcio é de que as causas devem ser procuradas em problemas internos ao próprio casamento. Assim, apesar da literatura insistir em fatores externos como a explicação para o aumento do divórcio no mundo moderno, os sujeitos de pesquisa são unânimes em afirmar que a verdadeira causa do mesmo deve ser encontrada entre os próprios cônjuges, em problemas que derivam do próprio casal.

Abstract

Divorce is conceived as the end of a relationship through the breakup of marriage. This means the separation of bodies and goods. Thus the divorce, in formal terms, gives both parties the right to plead a new marriage in agreement with the effective legislation of each country. As a social phenomenon, the divorce is not limited to a legal question, but it involves also political, economic, cultural and psychological issues, which are of interest not only to experts, but also of the general public. From a psychological point of view, one of the problems of divorce emerges from the process of causal attribution, which is a phenomenon identifiable in many processes of social perception. In fact, social phenomena lead the individuals to make inferences in relation to the causes of the observed occurrences. Thus, the objective of the present study was: 1) construction and validation of a Scale of Attribution of Causality to the Divorce (ACD) and 2) analysis of some hypotheses in relation to the causal attribution of divorce. The methodology was divided in two different studies, that is: 1) psychometric study and 2) hypothesis testing. The sample was composed of 310 subjects (146 males and 158 females), with an average age of 35 years. A questionnaire with 37 items was applied (ACD). The validity of the scale was established through the factor analysis. Three factors resulted, which agrees with the original theory of causal attribution. Data showed also that the variables sex and civil state are relevant to the internal attribution of causality to the divorce, whereas the attribution to external factors is affected more by age and social economic level. The most striking fact concerning causal attribution to the divorce is that the causes should be sought in internal problems to marriage itself. Thus, in spite of the literature to insist in external factors as the explanation for the increase of the divorce in the modern world, the subjects of this research are unanimous in asserting that the true cause of divorce should be found within the spouses themselves, that is, in problems that come from the couple itself.

¹ Agradecemos ao PIBIC e aos colaboradores: Pedro Marcos Roma de Castro e Daniela Cecília Morandini

O divórcio, em termos gerais, é concebido como sendo o término de uma relação a partir da dissolução do vínculo matrimonial. Sendo entendido como a separação de corpos e bens, o divórcio, em nível formal, confere a ambas as partes envolvidas a condição de contrair um novo casamento de acordo com a legislação vigente em cada país. O casamento no Brasil costumava ser indissolúvel, pois o vínculo matrimonial não se dissolvia pelo divórcio. Contudo, este foi estabelecido em lei no país, no ano de 1977, pela Emenda Constitucional No. 9, de 28 de junho (Lopes, 2000).

Segundo o Código Civil (1990, 2000), o divórcio põe termo ao casamento e aos efeitos civis do matrimônio religioso (Art. 24º., Lei Nº6.515/77). A sociedade conjugal se define por: deveres de coabitação, fidelidade recíproca e regime matrimonial de bens. A mesma tem fim em quatro motivos: morte de um dos cônjuges, anulação ou nulidade, separação conjugal e divórcio. O casamento, contudo, somente termina por morte ou divórcio (Art. 2º., Lei Nº6.515/77).

No Brasil, o processo de separação pode ser realizado de duas formas: através do pedido diante do juiz (separação judicial) que pode ser litigiosa ou consensual; ou *de fato*, quando os cônjuges já moram separados, mas não regularizados perante a lei.

Há dois tipos de divórcio no país:

- Divórcio direto: decorrente da separação *de fato* por mais de dois anos, transitoriamente admissível no Brasil;
- Divórcio indireto: a separação judicial ou do desquite (termo antigo) é convertida em divórcio após 1 ano, contado da data da decisão.

O divórcio sob a perspectiva de ser um fenômeno social não se limita, porém, aos aspectos relacionados com problemas jurídicos; vai além destes quando perpassa por um contexto mais amplo que envolve problemas políticos, econômicos, culturais e psicológicos, que favorecem tanto o interesse de especialistas diversos, como também a preocupação da sociedade em geral acerca do assunto. É um dos fenômenos sociais que mais tem detido a atenção de especialistas, interessados na estrutura da família contemporânea, devido ao surpreendente aumento de casamentos dissolvidos nos últimos anos do século XX.

No caso específico do Brasil, as Estatísticas advindas dos estudos realizados pelo Instituto Brasi-

leiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam um quadro de avanço progressivo do número de divórcios, sendo que no intervalo de 1981 a 1994, quando foram realizadas as Estatísticas dos casos de divórcio no Brasil, foi possível observar que, no período de 1981 a 1994, a incidência do divórcio entre os casais brasileiros quadruplicou. A maior incidência de divórcios observados em 1994 ocorreu entre 10 a 14 anos de casamento, sendo a idade dos cônjuges de maior incidência em torno de 30 a 34 anos, independente do sexo. Observou-se, ainda, uma predominância feminina na requisição do divórcio, quando o mesmo não é consensual (14.870 contra 12.293 solicitações masculinas). É válido ressaltar que as últimas estatísticas publicadas acerca do divórcio são de 1994. Dados mais recentes ainda não estão disponíveis.

Diante de tais dados, é coerente imaginar este crescente índice como intimamente relacionado com as modificações ocorridas nas estruturas e/ou conjecturas da sociedade; tendo em vista que o cenário social contemporâneo, no qual a família se insere, perpassa por inúmeras transformações. Jablonski (1991) relaciona algumas destas transformações, tais como: a emancipação feminina, a maior aceitação social do divórcio, a reforma das leis acerca do assunto e o aumento do individualismo.

Outro fator que pode ter colaborado com as estatísticas descritas acima é o aumento da expectativa de vida proporcionado pelos avanços tecnológicos e da medicina. Consequentemente, o prolongamento do período de vida a dois diminui a possibilidade de “se escapar” de um casamento através da morte do cônjuge, fato comum antigamente, tornando o divórcio como a única solução frente à infelicidade conjugal (Jablonski, 1991).

Kelly e Conley (1987) identificaram entre as seguintes causas do divórcio entre 50 casais que faziam parte do seu estudo: instabilidade emocional, incompatibilidade sexual, infidelidade conjugal, irresponsabilidade social e financeira, irresponsabilidade e desinteresse pelo lar, indiferença emocional e egoísmo, diferenças de valores, de nível social e de religião, alcoolismo, problemas com parentes, com a carreira profissional, discussões e brigas.

Cahali (1991) considera que a sociedade conjugal é constituída como se fosse um consórcio para toda a vida, mas em virtude de certos vícios ou defeitos que certamente antecedem a celebração do matrimônio, ou que lhe são concomitantes ou fatos posteriores, a sociedade conjugal encontra o seu término pela impossibilidade de sua manutenção.

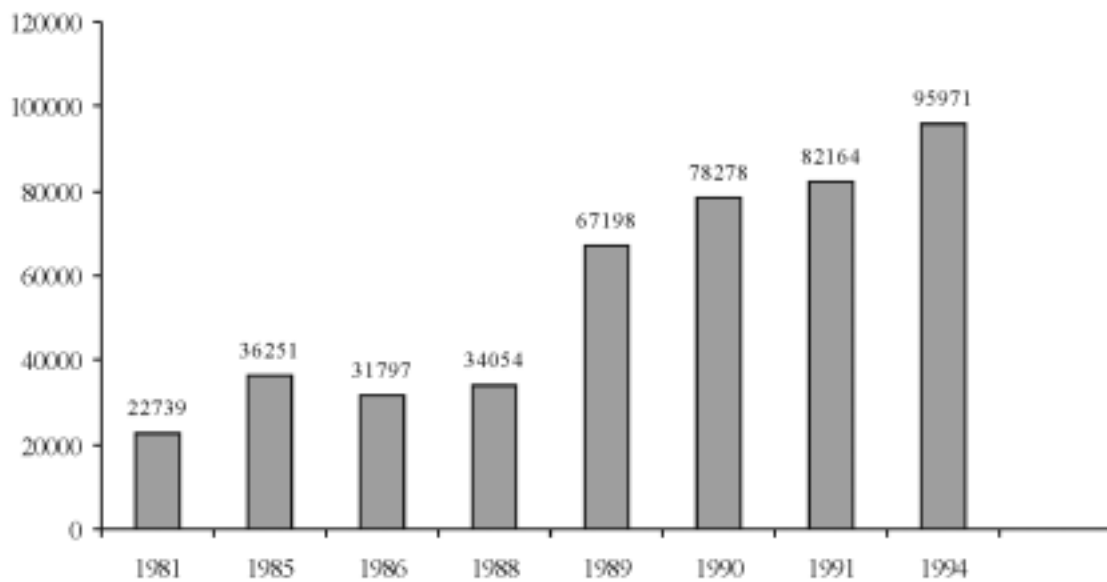


Figura 1 - Distribuição dos casos de Divórcio por ano no Brasil

Coube à pesquisa analisar e investigar, não apenas as diferenças numéricas e quantitativas que podem ser explicadas genericamente pelas modificações no contexto sócio-econômico, mas também verificar as possíveis causas atribuídas a tal fenômeno.

Kaslow & Schwartz (1995) apresentam um estudo com 600 pessoas divorciadas na área de Cleveland (USA), pertencentes à classe baixa, em que as esposas alegaram, na abertura do processo de divórcio, abuso físico, problemas financeiros, alcoolismo, negligência do lar e dos filhos e crueldade mental. Já os homens, apesar de apresentarem algumas das queixas referidas acima, ultrapassaram as mulheres na alegação de incompatibilidade sexual e em problemas com a família do cônjuge.

É interessante analisar, não apenas as diferenças nas queixas entre os sexos, como também as mudanças nas mesmas com o decorrer do tempo. Em 1956, apontava-se, como principais causas do divórcio, a personalidade, a vida do lar, valores, autoridade, bebida, falta de apoio, infidelidade do marido, dinheiro e parentes. Já no ano de 1982, as principais queixas eram falta de comunicação, conflitos dos papéis próprios do sexo, incompatibilidade, mudança de valores, pouca idade para o casamento, vida social reduzida, dedicação excessiva ao trabalho, problema com parentes e falta de sentido familiar (Kaslow & Schwartz, 1995).

Dela Coleta (1991) desenvolveu uma pesquisa sobre causas atribuídas ao sucesso e fracasso no casamento, na qual obteve 13 causas ordenadas de

acordo com o grau de importância, distintamente para homens e mulheres (veja tabela 1).

Tabela 1- Atribuição de valor a causas necessárias para o sucesso do casamento

Causas	Homens	Mulheres
Amor	1	1
Fidelidade	2	3
Honestidade	3	3
Respeito	4	4
Diálogo	5	2
Sexo	6	8
Confiança	6	5
Amizade	7	6
Afinidade	8	7
Compreensão	8	7
Filhos	9	10
Paciência	10	9
Dinheiro	11	11

A autora cita ainda um estudo com 36 casais sobre atribuições causais a conflitos, no qual observou-se que ambos os sexos foram egocêntricos nas atribuições, ou seja, indicaram que a percepção do outro deveria ser igual à sua. Enquanto os homens julgaram a incompatibilidade sexual, por si e pela esposa, como grande fonte de conflito, as mulheres a subestimaram; já em relação às questões financeiras, as mulheres a superestimaram, por si e pelos maridos, e esses as subestimaram.

Em outra pesquisa com 80 sujeitos brasileiros com carência cultural, buscou-se verificar as atribuições a eventos naturais e acidentais. Com relação às causas relacionadas ao fracasso no casamento, constatou-se que é atribuída à mulher a maior parte das responsabilidades sobre a manutenção do casamento, além de ocupar um papel estereotipado e submisso em relação ao homem (Dela Coleta, 1991).

Por fim, Dela Coleta (1991) coloca que casais descontentes tendem a atribuir comportamentos positivos do cônjuge a fatores externos ou temporários do parceiro, enquanto os negativos são atribuídos às características internas e voluntárias do cônjuge, sendo que casais felizes fazem atribuições opostas a estas.

Atribuição de causalidade

O processo de atribuição de causalidade é um fenômeno identificável em grande parte dos processos de percepção social. Constantemente, os fenômenos sociais que se apresentam fazem com que os indivíduos construam diversas inferências em relação às causas das ocorrências observáveis. Um mesmo problema pode ser percebido como decorrente de causas diferentes, de acordo com as atribuições de causalidade que ocorrem no processo perceptivo. No caso de uma comunidade, as diferentes causas serão influenciadas tanto pelas condições externas a nível social, assim como pelos processos psicológicos, ao nível dos valores, atitudes, necessidades, tendenciosidade cognitiva, entre outras variáveis.

No fenômeno da atribuição causal se configura a busca no sentido do reconhecimento das invariâncias que tornam estáveis, previsíveis e coerentes os comportamentos e ocorrências observados. Neste cenário, múltiplas influências ocorrem, desde as condições macrocontextuais, em nível social, até os processos psicológicos individuais em nível de valores, atitudes, necessidades, tendenciosidade cognitiva, etc.. Desta forma o processo de atribuição difere do fenômeno da causalidade enquanto lógica da percepção científica de Causa @? Efeito ; a atribuição de causalidade insere-se no campo da causalidade humana e de suas realidades subjetivas.

“As atribuições afetam nossos sentimentos... nossas atividades em relação a outras pessoas e nossas reações ao comportamento delas, nossa concepção sobre nós mesmos e sobre o mundo e no esforço para melhorar nosso destino” (Kelley & Michela, 1980).

As pessoas, de fato, procuram relacionar as invariâncias que tornam possível um mundo, dentro

de certos limites, previsível e controlável. Características psicológicas, reconhecimento das forças do ambiente na ocorrência de uma ação e, principalmente, a noção de causalidade pessoal (causadas por pessoas) e impessoal (causadas pelo ambiente), são intrínsecas ao fenômeno de atribuição diferencial de causalidade.

Weiner (1986) ampliou essa idéia de causalidade pessoal vs. impessoal, para um parâmetro mais abrangente, segundo o qual atribuições causais podem ser classificadas de acordo com o *locus*, a estabilidade e controlabilidade. Desta forma, as causas de uma situação social podem ser analisadas segundo o *locus* (interno ou externo), se são estáveis ou instáveis e segundo o grau que são controláveis ou incontroláveis pelo indivíduo.

Na dissertação de mestrado de Siqueira (1984), a atribuição de causalidade é vista como sendo o processo de tentar compreender e determinar as causas do comportamento individual. Para Kelly (1973), a teoria de atribuição é uma teoria sobre como as pessoas respondem a questões que são iniciadas com “por que?”.

O processo de atribuição, enquanto uma faceta do conhecimento humano, possui características abrangentes; entre elas:

- A atribuição de causalidade é um fenômeno que está intimamente relacionado com o processo perceptivo/cognitivo; praticamente todos os teóricos da atribuição aceitam explicita ou implicitamente que as atribuições influenciam diretamente o comportamento ou medeiam a relação entre ele e outros fatores (Harvey & Weary, 1984);
- A atribuição ocorre quando o indivíduo, frente a uma ocorrência, procura relacionar as propriedades que dispõem os objetos e acontecimentos para que se manifestem determinadas circunstâncias. No caso do fenômeno DIVÓRCIO, as diferentes atribuições são influenciadas tanto pelas condições externas em nível físico/social, assim como pelos processos psicológicos em nível cognitivo como um todo.

Tamayo (1994) explicita o fato de nas últimas décadas uma enorme quantidade de pesquisas terem sido realizadas sobre a percepção de causalidade (e suas conseqüências). Os pesquisadores têm abordado o estudo das atribuições de responsabilidade e de causalidade aos mais diversos fenômenos, eventos e comportamentos, tais como o matrimônio (Bradbury & Fincham, 1990), a solidão (Kunt, 1991),

o estupro (Frazier, 1990; Tamayo, 1993), os acidentes de trânsito (Dela Coleta, 1980) e o desempenho escolar (Weiner & Kukla, 1970; Rodrigues, 1980). Entretanto, apesar da dimensão gigantesca dos problemas sociais, conjugais e familiares verificados. Particularmente no Brasil, existem poucos estudos publicados sobre as atribuições causais referentes a esses tópicos. E em relação às atribuições causais ao divórcio, além dos poucos estudos publicados, não há nenhum instrumento validado para tais avaliações.

Siqueira (1984) estudou empiricamente as atribuições causais à situação de favelado. A contribuição mais significativa desta pesquisa consistiu na elaboração e validação de um instrumento de medida para avaliar objetivamente a forma como os sujeitos explicam a situação de se morar em uma favela.

Tamayo (1994) construiu um instrumento novo e original ao adaptar o instrumento de Siqueira para o estudo e avaliação das explicações causais (isto é, atribuições de causalidade) à pobreza em geral. Segundo o autor, a adaptação da escala consistiu na reformulação de todos os itens de forma mais abrangente, a fim de transcender a explicação específica da condição de favelado e atingir a pobreza em geral.

Objetivos

Assim, o objetivo do presente projeto foi adaptar e validar, através da pesquisa, o instrumento de Siqueira/Tamayo para a avaliação das atribuições de causalidade ao divórcio. Dentro destas perspectivas, o instrumento original procurou investigar as atribuições de causalidade verificadas e propostas pela população em relação à questão *Divórcio*, e abordou os fatores de estabilidade e controlabilidade causal que variam conforme as atribuições explicativas em relação a este fenômeno. Foi evidenciado, ainda, o nível de causalidade pessoal e impessoal, de acordo com palavras mais condizentes com a taxinomia proposta por Weiner: causalidade de fatores externos (como ações de outras pessoas ou do ambiente) ou causalidade de fatores atribuídos às limitações dos próprios indivíduos agentes (como indolência, passividade, truculência, baixa capacidade intelectual, falta de motivação à realização...).

Na verdade, o objetivo do presente estudo foi duplo, a saber:

1) A construção e validação de uma escala de Atribuição de Causalidade ao Divórcio (ACD) e

2) Análise de algumas hipóteses com respeito à atribuição de causalidade referente ao divórcio, levando em conta atributos dos respondentes, tais como sexo, estado civil, nível escolar e idade.

Método

Como o presente trabalho visava abordar dois objetivos bem distintos, a saber, (1) a elaboração e validação de um instrumento e (2) o estudo de variáveis relevantes ao fenômeno de atribuição de causalidade ao divórcio, a metodologia da pesquisa se divide em dois estudos distintos, ou seja, (1) estudo psicométrico e (2) estudo de hipóteses.

Estudo Psicométrico: Elaboração e validação da ACD

Este estudo visou a elaboração e validação de uma escala fatorial de causalidade ao divórcio. Coube, portanto, questionar a necessidade de se ter uma escala validada para identificar as atribuições de causalidade, já que as explicações poderiam ser obtidas através de simples entrevistas.

O uso de uma escala validada num grupo de sujeitos não é bem visto por muitos teóricos que apontam perdas em relação principalmente à questão “qualitativa” e também à pressão que exerce uma escala ou questionário no sentido de induzir o sujeito às opções listadas pelo pesquisador. As críticas em relação ao procedimento de prover os sujeitos com uma lista de atribuições (Bandura, 1981; Bar-Tal et al., 1984) sugerem a importância de um procedimento de entrevista aberta para investigar as atribuições. Contudo, várias pesquisas têm mostrado que, para avaliação das atribuições, os instrumentos estruturados e psicometricamente validados mostram-se mais confiáveis e fidedignos que as avaliações realizadas através de questionários com respostas abertas (Elig & Frieze, 1979; Miller, Smith & Uleman, 1981).

1.1 – Procedimentos teóricos

O construto ‘atribuição de causalidade’ foi amplamente discutido na introdução deste trabalho. É relevante aqui detalhar a estratégia de operacionalização do mesmo em um instrumento de medida. Siqueira (1984) mostra que uma Escala de Atribuição é elaborada a partir da necessidade de se construir uma medida que seja específica para ser administrada à amostra selecionada e que seja capaz de avaliar a Atribuição de Causalidade referente ao problema de interesse, que no caso é o divórcio.

A Elaboração da mesma se fez necessária por não se ter conhecimento, até o momento, de um instrumento que apresentasse as informações sobre o interesse da presente pesquisa. Para a elaboração de tal instrumento, foram seguidas várias etapas, a seguir explicitadas.

Aplicação de questionário aberto

Foi elaborado um questionário inicial com respostas abertas, que serviu como instrumento para coletar as crenças elaboradas que os sujeitos manifestam em relação às causas do divórcio. Tal procedimento foi adotado para evitar imposições causais definidas por vieses e preconceitos do pesquisador e, assim, diminuir a pressão que uma escala exerce no sentido de induzir o sujeito às opções listadas, já que estas opções seriam sugeridas pelos próprios sujeitos da população. Visou-se com isso que as pessoas revelassem o que pensavam ser relevante para a situação, garantido assim, até certo ponto, a naturalidade e a legitimidade das explicações causais contidas nos itens investigativos que formularam a escala final. Para a coleta desta informação, utilizou-se uma amostra de 40 sujeitos.

Com base nestes questionários, observou-se a importância de um procedimento de questionário aberto para investigar as atribuições, que representam as crenças elaboradas pelos próprios sujeitos, o que forneceu um parâmetro com caráter de maior

neutralidade e com garantia de maior legitimidade das explicações causais que constituíram os 37 itens finais do questionário estruturado (escala).

A tabela 2 expõe os dados obtidos com o uso destes questionários abertos, juntamente com a sua frequência, ou seja, o número de vezes que foram citados pelos sujeitos.

Estes itens citados pelos sujeitos serviram como base inicial para a elaboração da Escala Fatorial de Atribuição de Causalidade ao Divórcio (ACD), pois forneceram dados suficientes e necessários para a sua construção.

Dois versões preliminares da ACD, com 25 e 34 itens cada, foram criadas e testadas com pequenas amostras de sujeitos. A tarefa deles consistiu em responder aos itens numa escala Likert, utilizando-se a seguinte escala de resposta:

- 1 = discordo
- 2 = discordo parcialmente
- 3 = não sei ; não tenho certeza
- 4 = concordo parcialmente
- 5 = concordo

Tabela 2 – Causas do divórcio citadas nos pré-questionários

Item	Frequência
Infidelidade (traição)	20
Imaturidade (inexperiência/pessoas jovens)	12
Incompreensão	9
Rotina	8
Diferenças Financeiras (entre os cônjuges)	8
Bebida	6
Casamento por interesse	6
Não ter situação financeira definida	6
Problemas com membros da família do(a) esposo(a)	6
Falta de amor	4
Falta de companheirismo	4
Incompatibilidade dos modos de pensar	4
Falta de diálogo	4
Falta de respeito com a individualidade do outro	4
“Opção sexual” (aventuras com pessoas do mesmo sexo)	3
Incompatibilidade dos modos de agir	3
Caráter (não valorizar a família)	3
Dependência alcóolica ou química (alcoolismo ou dependência de drogas)	3
Falta de cumplicidade	2
Pressão ou interferência de terceiros na vida conjugal	2
Excesso de autoridade	2
Excesso de trabalho e negligência familiar	2
Homem ou mulher muito ciumento(a)	2
Achar a relação como limitada ao sexo	1
Egoísmo	1

Os itens da escala, de início ordenados em ordem alfabética, eram encabeçados pelos seguintes expressões:

Por que ocorre o Divórcio ...

Ou são causas do Divórcio...

Análise Teórica dos Itens

Os itens da ACD foram submetidos a duas análises preliminares à sua aplicação final, a saber, análise semântica e análise de juízes.

A análise semântica tinha os seguintes objetivos:

- verificar a compreensão dos itens pelos sujeitos;
- observar se havia ambigüidade nos itens ou se os mesmos apresentavam, uma única idéia, com palavras claras e de fácil compreensão;
- modificar itens quando necessário;
- reformular, substituir ou eliminar itens quando verificada a existência de termos ambíguos.

Esta análise semântica foi realizada com 20 sujeitos da população para a qual o questionário foi elaborado.

A análise de juízes foi feita por três professores doutores especialistas na área instrumental, objetivando verificar a pertinência dos itens ao construto que a escala queria atingir, isto é, atribuição de causalidade ao divórcio. Suas avaliações mostraram que o instrumento se mostrou adequado para o objetivo da pesquisa. Sugeriram, contudo, modificações em dois itens para a melhor compreensão dos sujeitos, a saber:

- item 04: “Um ou ambos os cônjuges entenderem a relação como limitada ao sexo acaba em separação” por “Um ou ambos cônjuges que entenderem a relação como limitada ao sexo estão propensos à separação.”
- Item 30: Substituir “A influência ‘negativa’ dos meios de comunicação provoca divórcio” por : “Os meios de comunicação favorecem e influenciam o aumento do número de divórcios”.

Elaboração do modelo piloto final da escala de ACD

Concluída a etapa de análise teórica, chegou-se à versão final da Escala de Atribuição de Causalidade ao Divórcio (ACD) que foi aplicada à amostra apresentada mais adiante, objetivando a sua validação. Segundo Pasquali (1997), a validação tem como razão de ser a verificação da legitimidade do que se pretende medir, ou seja, verificar se os itens, que re-

presentam em termos comportamentais o construto que deseja medir, são realmente congruentes com o fenômeno ou construto que se tinha como objetivo medir. Esta versão da escala se encontra em Anexo.

Na aplicação da escala, foram também coletados dados pessoais dos sujeitos, a saber: sexo, escolaridade, idade, estado civil, religião, ordem de nascimento e renda familiar.

Amostra

A amostra foi composta por 310 sujeitos, sendo 146 do sexo masculino, 158 do sexo feminino e 6 sujeitos sem identificação. A idade variou em um intervalo de no mínimo 17 anos e máximo de 80 anos com média de 35,5 e desvio padrão de 12,6 anos. O grau de escolaridade possuía diversas faixas, como explicitado na tabela 3.

Tabela 3 - Distribuição percentual do grau de escolaridade

Grau de escolaridade	f	%
1º Grau incompleto	17	5,5
1º Grau completo	14	4,5
2º Grau incompleto	17	5,5
2º Grau completo	75	24,2
Superior incompleto	121	39,0
Superior completo	66	21,3

Procedimentos

Os questionários foram distribuídos de forma acidental entre os sujeitos que perpassavam pelos locais de aplicação. Assim que o sujeito concordava em participar da pesquisa, lhe era entregue o instrumento (Anexo 1) que continha: as instruções, identificação do laboratório, explicação e exemplificação da escala utilizada bem como os 37 itens da escala ACD seguidos de um pequeno questionário sobre dados pessoais do sujeito.²

No decorrer do processo de aplicação, alguns dos questionários foram aplicados de forma direcionada aos divorciados, devido à necessidade de presença desta característica na amostra.

Concomitante com a aplicação, os dados foram sendo processados no Laboratório de Pesquisa em Avaliação e Medida (LabPAM).

² É válido ressaltar que era explicado ao sujeito que por divórcio devia-se entender: “O término de uma união entre um homem e uma mulher que já moraram juntos (não precisam ser casados oficialmente)”.

Procedimentos analíticos

Esta parte explicita as análises estatísticas necessárias para aferir a qualidade psicométrica da Escala de Atribuição de Causalidade ao Divórcio, objetivando verificar a validade e a precisão da mesma.

Quanto à validade da ACD:

Como se pretendia estabelecer a validade de construto para a ACD, a análise pertinente foi o uso da análise fatorial, a qual tem como objetivo verificar quantos construtos comuns são necessários para explicar as covariâncias dos itens. Esta análise postula que um número de traços latentes (variáveis fontes não observáveis) menor do que o número de itens é suficiente para explicar os fenômenos mensurados. Os procedimentos para esta análise consistem em verificar:

- a fatorabilidade da matriz de intercorrelações através da análise do tamanho das correlações, do coeficiente KMO (Kaiser-Meyer-Olkin) e do determinante da matriz;
- o número de fatores a extrair, utilizando vários critérios, a saber, o critério de Kaiser (*eigenvalues* iguais ou superiores a 1), o critério de Harman (o fator explicar, pelo menos, 3% da variância total), o *Scree Plot*, e o critério da teoria que fundamenta a temática de atribuição de causalidade, o qual prevê dois ou três fatores nesta problemática, como ficou esclarecido na introdução deste trabalho;
- a extração e rotação dos fatores. Para a extração foi utilizado o método dos eixos principais e para a rotação o *Direct Oblimin*.

Quanto à precisão da ACD:

A precisão da escala foi estabelecida através do coeficiente alfa de Cronbach.

Hipóteses de Trabalho

Todas as hipóteses levantadas que se seguem referem-se ao grau de atribuição interna (ou seja, *locus* de controle interno) que diz respeito ao fato das pessoas atribuírem as causas do divórcio às condições intrínsecas e limitações das próprias pessoas envolvidas. A hipótese de externalidade (atribuição à ações de outras pessoas ou forças do ambiente) constitui-se destas mesmas hipóteses em sua forma inversa.

Prevvia-se, como hipóteses, o ilustrado na figura 2.

Com base nessa expectativa, as formulações algébrica e semântica das hipóteses são as seguintes:

- H₁: Estado Civil (EC)
 - H_{1.1} Casado > Divorciado
 - H_{1.2} Solteiro > Divorciado
 - H_{1.3} Casado > Solteiro

Independentemente do sexo, o nível de atribuição de causalidade interna ao divórcio cresce progressivamente de pessoas divorciadas para solteiras e para casadas.

- H₂: Sexo (S)
 - Masculino = Feminino

Independentemente do estado civil, não haverá diferença significativa entre os sexos na atribuição de causalidade interna ao divórcio.

- H₃: Interação EC x Sexo
 - MC + FD + FS < MD + MS + FC
 - MC = Masculinos Casados
 - MS = Masculinos Solteiros
 - MD = Masculinos Divorciados
 - FC = Femininos Casadas
 - FS = Femininos Solteiras
 - FD = Femininos Divorciadas

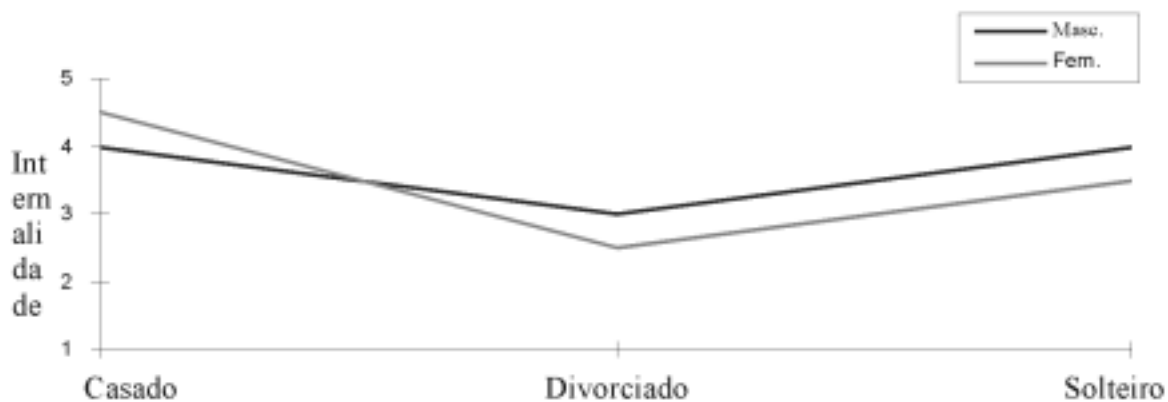


Figura 2 - Formulação gráfica das hipóteses de internalidade em função do EC (estado civil) e S (sexo)

Dos solteiros e casados com relação aos divorciados, há uma diminuição significativa da atribuição de causalidade interna ao divórcio marcadamente acentuada nas mulheres.

Resultados

1 - Validade da ACD

A validade da escala foi estabelecida através da análise fatorial. Analisando a matriz de correlações através do método dos componentes principais, foi verificado que esta matriz não apresentava índices empolgantes para a procura de fatores. Contudo, havia suficiente número de intercorrelações acima de 0,30, um coeficiente KMO de 0,689 e o determinante da matriz de 0,000285. Estes dados mostraram, com certa precariedade, que a matriz era fatorizável, mas que ela iria apresentar dificuldades na análise fatorial.

Extração dos fatores

Quanto ao número de fatores que a matriz sugeria se poder extrair, temos os seguintes dados:

- Pelo critério de Kaiser (*Eigenvalue* \geq 1,00), tivemos 13 componentes.
- Pelo critério de Harman (o fator explicar 3% da variância), tivemos 10.
- Pelo *Scree Plot*, tivemos 7 componentes.
- Pelo critério da teoria, seriam 2 ou 3 fatores, isto é, internalidade, externalidade, esta última podendo ser dividida dois fatores, a saber, chance e outros poderosos.

Uma análise dos eixos principais com 7 fatores não foi satisfatória, pois os fatores obtiveram cargas fracas e poucos itens para cada fator. Contudo, o fator 1 mostrou uma correlação com os fatores 4,5 e 7 e os fatores 2 e 3 foram independentes. Partiu-se, então, para uma análise fatorial de 3 fatores e rotação *Direct Oblimin*, atendendo mais à teoria da atribuição de causalidade, cujos resultados se encontram na tabela 4.

Os resultados observados mostraram que os itens 1, 4,10,15,22,31 e 36 não possuem carga acima de 0,20 em nenhum dos três fatores, sendo eliminados, passando a Escala ACD a ser constituída por 30 itens.

Como os fatores 1 e 2 eram correlacionados ($r_{12} = 0,23$) procedeu-se a uma análise fatorial de 2ª ordem com dois fatores (Vide tabela 4, três últimas colunas), atendendo inclusive à teoria do *locus* que sugere 2 fatores.

Interpretação dos fatores

A interpretação dos fatores foi realizada tendo como base análise do conteúdo semântico dos itens

componentes de cada fator definidos pela matriz *Pattern* e na teoria do locus de controle que postula fatores de internalidade e externalidade. Uma com saída de três fatores e outra com dois fatores, seguindo a ordem abaixo:

- F1.3 - Fator 1, na saída de 3 fatores;
- F2.3 - Fator 2, na saída de 3 fatores;
- F3.3 - Fator 3, na saída de 3 fatores;
- F1.2 - Fator 1, na saída de 2 fatores;
- F2.2 - Fator 2, na saída de 2 fatores.

F 1.3 e F1.2

Os F1.3 e F1.2 constituem o mesmo fator, em duas saídas diferentes. Os itens deste fator evidenciaram uma atribuição de causalidade ao divórcio na relação falha entre os cônjuges, ou seja, falta de diálogo, falta de cumplicidade, ciúmes, infidelidade, diferença de interesses, enfim de problemas dentro e entre o próprio casal. Trata-se, portanto, do construto de **internalidade**, isto é, as causas do divórcio devem ser procuradas no próprio relacionamento entre os cônjuges.

F 2.3

Os itens deste fator falam de problemas causados por comportamentos por parte de um dos cônjuges, tais como, homossexualidade, bebida, diferenças financeiras, divergência na educação dos filhos, problemas com a família do cônjuge. Trata-se, portanto, mais de um fator de **externalidade** ao casamento, devido a causas relacionadas com um dos cônjuges somente e não ao casal; seria como dizer “o problema é o outro”.

F 3.3 e F2.2

Os itens deste fator expressam uma atribuição de causalidade ao divórcio a fatores externos, ou seja, a condições sociais, tais como, influência dos meios de comunicação, a diminuição do estigma social de ser divorciado, facilitação do processo de divórcio, trabalho da mulher. Alguns itens do fator 2.3 também entraram neste fator, visto que eles podem assumir tanto aspectos de internalidade quanto de externalidade, tais como, “Divergência na educação dos filhos”, “rotina”, “finanças”. Este fator, contudo, é claramente de **externalidade**, pois as causas do divórcio são atribuídas a fatores de caráter social.

O que fica claro é que a escala ACD não pode ser analisada com um único fator, pois os dados, bem como a própria teoria, explicitam pelo menos dois fatores independentes e a saída de 2 fatores mostra esta independência ($r_{12} = 0,10$).

Tabela 4 – Matriz fatorial da ACD

Item	Extração de 3 fatores			h ²	Extração de 2 fatores		h ²
	Fator 1	Fator 2	Fator 3		Fator 1	Fator 2	
13	0,56				0,56	-0,26	
12	0,53				0,54		
24	0,45	-0,40			0,37	-0,41	
26	0,45				0,46		
14	0,44				0,46		
6	0,44				0,46		
3	0,43		0,26		0,42		
11	0,43				0,43		
20	0,41				0,43		
17	0,40				0,40		
19	0,38				0,38		
27	0,35				0,30		
18	0,31				0,31		
2	0,30				0,34		
16	0,29				0,33		
36	0,28				0,30		
4	0,25				0,27		
9		0,53				0,51	
8		0,52				0,47	
5		0,43			0,32	0,25	
21		0,42			0,23	0,43	
7	0,28	0,37				0,36	
35		0,37					
23		0,37				0,34	
25		0,35				0,36	
37		0,33					
33		0,32	0,29			0,44	
22		0,29					
30			0,64			0,25	
29			0,56			0,46	
28			0,44			0,29	
32			0,35			0,32	
34			0,31				
15							
1							
4							
10							
15							
22							
36							
Eigenvalue	4,71	2,68	2,09		4,71	2,68	
% Var. Total	12,7	7,25	5,64		12,73	7,25	
% Var.	3	28,3	22,0		63,71	36,29	
Comum	49,6	0	1		17	10	
n de itens	9	12	5		0,63	0,56	
alfa	15	0,69	0,55				
	0,60						

Precisão da ACD

A precisão da ACD foi abordada através da consistência interna, utilizando o alfa de Cronbach (ver tabela 4). Os alfas mostram que todos os fatores da escala apresentam consistência que ainda deixa a desejar, pois o alfa mais elevado foi de 0,69 para o F2.3.

A Tabela 5 descreve os dados estatísticos dos 3 e 2 fatores da ACD por sexo e estado civil dos sujeitos.

da ACD foi feita através ANCOVA (análise de covariância), em função do sexo e do estado civil dos sujeitos e na qual se obtiveram os resultados constantes das tabelas 6 a 10.

Com base nos dados obtidos (Tabela 6), observa-se que, de todas as variáveis em jogo, somente o sexo e o estado civil das pessoas afetam os resultados de atribuição de causalidade interna ao divórcio, no sentido de que as mulheres e os divorciados têm escores mais altos. Ademais, verifica-se uma interação entre estas

Tabela 5 – Média e DP dos escores nos fatores da ACD por sexo e estado civil*

Fator	Estatística	Sexo		Estado Civil			Total
		F	M	Solteiro	Casado	Divorciado	
F1.2	Média	4,08	3,90	3,96	3,85	4,16	3,99
(intern.)	DP	0,71	0,46	0,51	0,48	0,80	0,61
F2.2	Média	2,66	2,82	2,66	2,67	2,84	2,73
(extern.)	DP	0,62	0,78	0,51	0,8	0,79	0,71
F1.3	Média	4,10	3,90	3,99	3,84	4,16	4,00
(intern.)	DP	0,78	0,51	0,52	0,50	0,93	0,67
F2.3	Média	2,92	3,07	2,82	2,93	3,21	2,99
(extern.)	DP	0,54	0,70	0,50	0,73	0,57	0,63
F3.3	Média	2,71	2,67	2,78	2,60	2,64	2,69
(extern.)	DP	0,96	0,85	0,87	0,94	0,95	0,91

* Escala de resposta de 5 pontos.

O que ressalta, na inspeção dos dados da tabela 5, são as médias elevadas do fator de internalidade com relação às de externalidade. Tal evento indica que as causas do divórcio são atribuídas pelos sujeitos

a fatores ou problemas internos do próprio casal. Esta ocorrência é particularmente aparente no caso dos sujeitos femininos e no caso dos próprios divorciados.

A análise das médias dos escores nos fatores

Tabela 6 - Análise de covariância do F1.2 (internalidade)

Fontes de Variação	gl	MQ	F	p	beta	R
<i>Covariantes:</i>						
-Escolaridade	1	0,79	0,79	0,08		
-Idade	1	0,22	0,22	0,35		
-Renda	1	0,81	0,81	0,07		
-Estuda	1	0,00	0,00	0,99		
<i>Efeitos principais:</i>						
-Estado Civil	2	1,06	4,12	0,01	0,17	
-Sexo	1	1,30	5,05	0,02	0,14	
<i>Interação</i>						
EC X Sexo	2	1,11	4,31	0,01		
Resíduo	256	0,26				
Total	265	0,28				0,26

gl = graus de liberdade; MQ = média quadrática; F = teste de Fisher; p = significância;

beta = coeficiente de regressão múltipla das variáveis; R = coeficiente de regressão múltipla

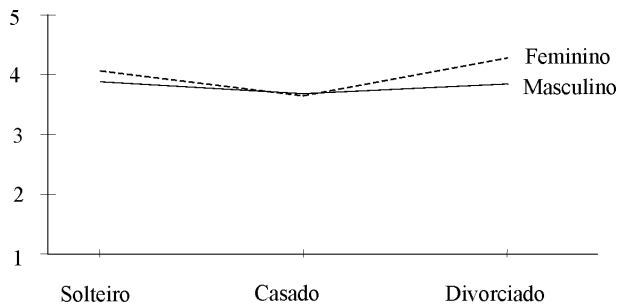


Figura 3 - Escores no F1.2 por sexo e estado civil

duas variáveis, significando que as mulheres divorciadas são as que mais atribuem a causa do divórcio a fatores internos ao casal (veja figura 2). Entretanto, os resultados mostram também que a relevância, tanto do sexo quanto do estado civil em conjunto, chegam a explicar apenas 7% da variância desta problemática.

A atribuição de causalidade ao divórcio devida a fatores externos ao casamento (tabela 7) é bastante afetada pela idade dos sujeitos e, sobretudo, pelo nível sócio-cultural (renda) dos mesmos, no sentido de que com a idade aumenta este tipo de atribuição ($r = 0,21$) e com o aumento do nível sócio-econômico a externalidade diminui ($r = -0,25$). Estas duas variáveis aparecem como muito relevantes a esta problemática, pois chegam a explicar 15% da sua variância.

Os comentários feitos com respeito a F1.2 se aplicam a F1.3 (tabela 8), pois se trata do mesmo fator de internalidade, isto é, que, de todas as variáveis em jogo, somente o sexo e o estado civil das pessoas afetam os resultados de atribuição de causalidade interna ao divórcio, no sentido de que as mulheres e os divorciados têm escores mais altos. Além disso, verifica-se uma interação entre estas duas variáveis, significando que as mulheres divorciadas são as que mais

Tabela 7 - Análise de covariância do F2.2 (externalidade).

Fontes de Variação	gl	MQ	F	p	beta	R
<i>Covariantes:</i>						
-Escolaridade	1	0,55	0,55	0,25		
-Idade	1	3,14	7,38	0,01		
-Renda	1	4,45	10,47	0,01		
-Estuda	1	0,26	0,61	0,43		
<i>Efeitos principais:</i>						
-Estado Civil	2	0,64	1,51	0,22	0,13	
-Sexo	1	1,24	2,92	0,08	0,10	
<i>Interação</i>						
EC X Sexo	2	0,54	1,29	0,27		
Resíduo	256	0,43				
Total	265	0,49				0,38

Tabela 8 - Análise de covariância do F1.3 (internalidade)

Fontes de Variação	gl	MQ	F	p	beta	R
<i>Covariantes:</i>						
-Escolaridade	1	1,17	3,74	0,054		
-Idade	1	0,10	0,33	0,56		
-Renda	1	0,75	2,38	0,12		
-Estuda	1	0,00	0,00	0,95		
<i>Efeitos principais:</i>						
-Estado Civil	2	1,28	4,10	0,01	0,17	
-Sexo	1	1,84	5,88	0,01	0,14	
<i>Interação</i>						
EC X Sexo	2	1,24	3,95	0,02		
Resíduo	256	0,31				
Total	265	0,34				0,26

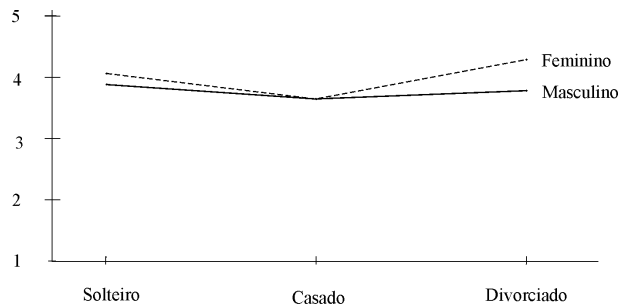


Figura 4 - Escores no F1.3 por sexo e estado civil

atribuem a causa do divórcio a fatores internos ao casal (veja figura 3). Entretanto, todos estes resultados mostram que a relevância tanto do sexo quanto do estado civil em conjunto chegam a explicar apenas 7% da variância desta problemática.

A atribuição de causalidade ao divórcio devida a fatores externos ao casamento (Tabela 9) é bas-

tante afetada pela idade dos sujeitos e pelo nível sócio-cultural (renda) dos mesmos, no sentido de que com a idade aumenta este tipo de atribuição ($r = 0,31$) e diminui com o aumento do nível sócio-econômico ($r = -0,31$). Estas duas variáveis são de muita relevância a esta problemática, pois chegam a explicar 15% da sua variância.

As variáveis que afetam este fator de externalidade são o nível sócio-econômico e o estado civil das pessoas (tabela 10), no sentido de que esta atribuição diminui com o aumento do estado sócio-econômico ($r = -0,14$) e que os solteiros acham ser esta uma causa importante para o divórcio.

Assim, podemos concluir que os resultados dos fatores acima analisados mostram o sexo e o estado civil das pessoas como variáveis relevantes na atribuição de causalidade interna ao divórcio, enquanto a atribuição a fatores externos depende mais da idade e da renda dos sujeitos.

Tabela 9 - Análise de covariância do F2.3 (externalidade)

Fontes de Variação	gl	MQ	F	p	beta	R
<i>Covariantes:</i>						
-Escolaridade	1	0,77	2,50	0,11		
-Idade	1	4,06	13,24	0,01		
-Renda	1	2,88	9,40	0,01		
-Estuda	1	0,01	0,23	0,63		
<i>Efeitos principais:</i>						
-Estado Civil	2	0,45	1,48	0,23	0,10	
-Sexo	1	1,15	3,76	0,054	0,11	
<i>Interação</i>						
EC X Sexo	2	0,56	1,84	0,161		
Resíduo	256	0,31				
Total	265	0,38				0,46

Tabela 10 - Análise de covariância do F3.3 (externalidade)

Fontes de Variação	gl	MQ	F	p	beta	R
<i>Covariantes:</i>						
-Escolaridade	1	0,76	0,94	0,33		
-Idade	1	1,21	1,51	0,22		
-Renda	1	4,69	5,84	0,01		
-Estuda	1	0,95	1,18	0,27		
<i>Efeitos principais:</i>						
-Estado Civil	2	2,41	3,01	0,051	0,21	
-Sexo	1	0,01	0,07	0,79	0,02	
<i>Interação</i>						
EC X Sexo	2	0,28	0,35	0,70		
Resíduo	256	0,80				
Total	265	0,82				0,23

Discussão e Conclusão

O trabalho consistiu de dois estudos, um psicométrico sobre a qualidade da ACD e outro sobre a relevância de algumas variáveis bio-demográficas sobre a atribuição de causalidade ao divórcio. Assim, as ponderações serão efetuadas sob esses dois ângulos.

1 – ACD: Questões psicométricas

Apesar da longa tradição e da extensão das pesquisas sobre a temática do *locus* de controle, bem como do entusiasmo do seu criador (Rotter, 1975, 1990), devemos concordar com Palenzuela (1984, 1992) de que as escalas que medem tal construto deixam ainda muito a desejar, inclusive a ACD. O que particularmente falha nestas escalas é a sua consistência ou fidedignidade. Parece que os construtos internalidade e externalidade não estão claramente definidos, apresentando ambiguidade ou contaminação com construtos outros, tais como auto-eficácia, hetero e auto-referência, auto-imagem e outros. Enquanto a teoria do locus de controle não for melhor axiomatizada, as escalas elaboradas para medir tal construto ficam marcando passo em sua qualidade psicométrica, pois construtos mal definidos serão mal operacionalizados e, conseqüentemente, tornando a tarefa de sua medida dificultada.

2 – Variáveis que afetam a atribuição de causalidade ao divórcio

As observações feitas no ponto acima devem ser levadas em conta ao discutirmos a relevância de

variáveis na atribuição de causalidade ao divórcio; as medidas em que se baseiam as discussões a seguir dependem da qualidade psicométrica da ACD, que, embora nada empolgante, também não é desesperadora, mas inspira preocupações quanto à solidez e precisão das conclusões a que se possa chegar com base em resultados obtidos em cima de um instrumento que inspira preocupações.

O dado mais saliente no tocante à atribuição de causalidade ao divórcio é de que as causas devem ser procuradas em problemas internos ao próprio casamento. Todos os sujeitos da pesquisa têm esta opinião, sendo ela particularmente forte entre os sujeitos femininos e os próprios divorciados. Quanto a fatores externos ao casamento, que seriam responsáveis pelo divórcio, os sujeitos indistintamente os acham no máximo indiferentes ou causas duvidosas. Esta opinião se reforça com a idade dos sujeitos; contudo, ela tende a se reverter com o aumento do nível sócio-econômico, onde sujeitos com nível mais baixo parecem dar mais importância a fatores externos como causadores do divórcio.

Assim, apesar da literatura insistir em fatores externos como a explicação para o aumento do divórcio no mundo moderno, os sujeitos da pesquisa são unânimes em afirmar que as causas verdadeiras do mesmo devem ser encontradas entre os próprios cônjuges, em problemas que derivam do próprio casal.

Referências

- Bandura, A. (1981). Self-referent thought: A development analysis of self-efficacy. In J.H. Flavell & L. Ross (Eds.), *Social cognitive development*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bar-Tal, D., Goldberg, M.S., & Knaani, A. (1984). Causes of success and failure and their dimensions as a function of SES and gender: A phenomenological analysis. *British Journal of Educational Psychology*,
- Bradbury, T. N., & Fincham, F. D. (1990). Attributions in marriage: Review and critique. *Psychological Bulletin*, 107, 3-33.
- Cahali, S.C. (1991). *Divórcio e separação, 1,2*. São Paulo, SP: Parma.
- Dela Coleta, J. A. (1980). Atribuição de responsabilidade por um acidente. Estudo exploratório. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 32, 95-128.
- Dela Coleta, M. F. (1991). Causas atribuídas ao sucesso e fracasso no casamento. *Psico*, Porto Alegre, 22(2), 21-39.
- Elig, T.W. & Frieze, I.H. (1979). Measuring causal attributions for success and failure. *Journal of Personality and Social Psychology*, 37, 621-634.
- Frazier, P. A. (1990). Victims' attributions and post-rape trauma. *Journal of Personality and Social Psychology*, 59, 298-304.
- Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas-IBGE (1986). *Estatísticas do Registro Civil - 1984, 11*, Rio de Janeiro.

- Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas-IBGE (1986). *Estatísticas do Registro Civil- 1985, 12*, Rio de Janeiro.
- Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas-IBGE (1993). *Estatísticas do Registro Civil- 1990, 17*, Rio de Janeiro.
- Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas-IBGE (1996). *Estatísticas do Registro Civil- 1994, 21*, Rio de Janeiro.
- Gonçalves, C.R. (2000). *Direito civil: direito de família*. Vol. 2, 6ta. Ed. São Paulo, SP: Saraiva.
- Harvey, J.H. & Weary, G. (1984). Current issues in attribution theory and research. *Annual Review of Psychology*, 35, 427-459.
- Jablonski, B. (1991). *Até que a vida nos separe: a crise do casamento contemporâneo*. Rio de Janeiro, RJ: Agir.
- Kaslow, F. W. & Schwartz, L. L. (1995). *As dinâmicas do divórcio*. Campinas, SP: Editorial Psy.
- Kelley, H.H. & Michella, (1980). Attribution theory and research. In M.R. Rosengzweig & L.M. Porter (Eds.), *Annual Review of Psychology*, 31,457-501. Palo Alto, CA: Annual Review Inc.
- Kunt, P. H. (1991). The perceived causal structure of loneliness. *Journal of Personality and Social Psychology*, 61, 26-34.
- Lopes, M.A.R. (Coordenador – 2000). *Código civil*. 5ta. Ed. São Paulo, SP: Editora Revista dos Tribunais.
- Miller, F. D., Smith, E. R. & Uleman, J. (1981). Measurement and interpretation of situational and dispositional attributions. *Journal of Experimental Social Psychology*, 17, 80-95.
- Oliveira, J. & Windt, M.C. (1997). *Código Civil*. São Paulo: Saraiva.
- Palenzuela, D.L. (1984). Critical evaluation of locus of control: Towards a reconceptualizations of the construct and its measurement. *Psychological Reports*, 54, 683 - 709.
- Palenzuela, D.L. (1992). *Locus de control y atribuciones causales: Una perspectiva evolutiva y crítica*. Comunicação apresentada no Congresso Iberoamericano de Psicología. Madrid, Espanha.
- Pasquali, L. (Org. – 1996). *Teoria e métodos de medida em ciências do comportamento*. Brasília, DF: MEC/INEP.
- Pasquali, L. (1997). *Psicometria: teoria e aplicações*. Brasília, DF: EdUnB.
- Rodrigues, A. (1980). Atribuição de causalidade e avaliação de resultados escores: uma comparação transcultural. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 32,141-147.
- Rodrigues, S. (1985). *Direito Civil - Direito de Família*, 6. São Paulo, SP: Saraiva.
- Rotter, J.B. (1975). Some problems and misconceptions related to the construct of internal versus external control of reinforcement. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 43, 56 - 67.
- Rotter, J.B. (1990). Internal vs. external control of reinforcement: A case history of a variable. *American Psychologist*, 45, 489 - 493.
- Siqueira, I. L. (1984). *Atribuição de causalidade pela condição de favelado*. Tese de Mestrado. Universidade de Brasília.
- Tamayo, A. (1993). Agresión sexual y atribución de responsabilidad: Influencia del estilo emocional de la víctima, y del nivel socio-económico y del sexo del observador. *Revista Latinoamericana de Psicología*, 25, 479-491.
- Tamayo, A. (1994). Escala fatorial de Atribuição de causalidade à pobreza. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 10, (1), 21-29.
- Weiner, B. (1986). *An attributional theory of motivation and emotion*. New York: Springer-Verlag.
- Weiner, B. & Kukla, A. (1970). An attributional analysis of achievement motivation. *Journal of Personality and Social Psychology*, 15, 1-20.

Recebido em dezembro/2001

Aceito em novembro/2002

Anexo 1: Escala de Atribuição de Causalidade ao Divórcio - ACD

01- Casamentos que ocorrem por interesses financeiros levam ao divórcio	1	2	3	4	5
02- O excesso de autoridade de uma ou ambas as partes conduz à dissolução do casamento ...	1	2	3	4	5
03- O(s) Cônjuges serem excessivamente individualistas propicia o divórcio	1	2	3	4	5
04- Um ou ambos, cônjuge que entenderem a relação como limitada ao sexo estão propensos à separação	1	2	3	4	5
05 - O divórcio ocorre por um ou ambos exagerarem na bebida	1	2	3	4	5
06 - O cônjuge que não dá importância para a família está propenso a se separar	1	2	3	4	5
07- O fato do cônjuge se tornar alcoólatra ou dependente de drogas propicia a separação.....	1	2	3	4	5
08 - A dissolução da vida conjugal ocorre em virtude da existência de diferenças financeiras entre o homem e a mulher	1	2	3	4	5
09 - A excessiva dedicação ao trabalho leva ao divórcio	1	2	3	4	5
10 - O casal se separa porque não se amam mais	1	2	3	4	5
11 - A falta de companheirismo propicia a dissolução da união do casal	1	2	3	4	5
12 - A falta de cumplicidade entre os cônjuges favorece o divórcio ..	1	2	3	4	5
13 - O casamento se dissolve em virtude da falta de diálogo entre as partes	1	2	3	4	5
14 - A ausência de respeito para com a individualidade do outro propicia o divórcio	1	2	3	4	5
15 - As pessoas que se casam jovens estão mais propensas a separarem	1	2	3	4	5
16 - Hábitos incompatíveis dos cônjuges favorecem a separação	1	2	3	4	5
17 - A diferença entre os objetivos e interesses do casal favorece o divórcio	1	2	3	4	5
18 - O casamento se dissolve porque um não se esforça em compreender o outro	1	2	3	4	5
19 - A traição (infidelidade) faz com que o casamento se dissolva	1	2	3	4	5
20 - O fato de um ou ambos os cônjuges serem muito ciumentos favorece o divórcio	1	2	3	4	5
21 - A insegurança financeira propicia o divórcio	1	2	3	4	5
22 - A pressão ou interferência de terceiros na vida conjugal acaba em divórcio	1	2	3	4	5
23 - Problemas de relacionamento com os membros da família do cônjuge causam o divórcio	1	2	3	4	5
24 - Comportamentos homossexuais por uma ou ambas as partes levam ao divórcio	1	2	3	4	5
25 - A separação decorre da rotina do dia-a-dia conjugal ..	1	2	3	4	5
26 - A agressividade física entre os cônjuges favorece à separação conjugal	1	2	3	4	5
27 - O casamento provocado por uma gravidez imprevista facilita a separação	1	2	3	4	5
28 - A facilitação do processo de divórcio favorece a separação do casal	1	2	3	4	5
29 - A diminuição do estigma social frente a divorciados causa um aumento no número de divórcios	1	2	3	4	5
30 - Os meios de comunicação favorecem e influenciam o aumento do número de divórcios .	1	2	3	4	5
31 - A falta de religião conduz à separação	1	2	3	4	5
32 - Cônjuges com pais separados tendem a se separar	1	2	3	4	5
33 - O divórcio é favorecido por divergências na educação dos filhos	1	2	3	4	5
34 - A entrada da mulher no mercado de trabalho propicia o divórcio	1	2	3	4	5
35 - Para ter um casamento estável é necessário ter sorte	1	2	3	4	5
36 - No relacionamento do casal o desinteresse sexual pelo cônjuge culmina em divórcio	1	2	3	4	5
37 - O divórcio sempre existiu e sempre existirá, mesmo que se tente evitá-lo, é uma fatalidade	1	2	3	4	5